

Parecer nº 84/99

Data: 1999.06.16

Processo nº 612

Reclamante: António Marques Barateiro.

Entidade reclamada: Câmara Municipal de Proença-a-Nova.

1. Por reclamação dirigida à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, datada de 99/05/18, o Sr. António Marques Barateiro, vereador da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, expressa a sua pretensão de obter “... procedimento adequado...” para poder aceder a documentos que, da parte desta Comissão, só poderá ser o parecer legalmente previsto.
2. Constitui motivo da reclamação o facto de o reclamante, em 99/03/26, ter dirigido requerimento ao Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, solicitando acesso, por consulta, de um vasto conjunto de documentos, “constituído por correspondência expedida, recebida, facturas de fornecedores e respectivas ordens de pagamento, processos de aquisição de bens e serviços, autos de medição de obras públicas do Município, processos de obras particulares desde o início de 1998”.
3. Pretende o reclamante obter, ainda, condições que lhe permitam a consulta em espaço adequado, no decorrer do horário de “... funcionamento dos serviços da Secretaria da Câmara Municipal”.
4. Considerando a pretensão do reclamante, a sua própria condição de Vereador da Câmara Municipal e do tipo de documentos em causa, não se observam razões plausíveis para a não satisfação do interesse demonstrado.

Assim, na condição de vereador, o reclamante tem direito a conhecer os processos em que a Câmara tem de intervir para discussão e decisão, incluindo os que constituam objecto de delegação de competências ao Presidente, por dever de informação deste (cf. n.º 3 do artigo 52º, do DL nº 100/84, de 23/03) e os de competência própria do Presidente, tanto pelo dever de colaboração com o Órgão como para aprovação dos documentos de exercício, designadamente contas de gerência e relatório de actividades, documentos que reflectirão, necessariamente, o essencial da execução das actividades da Câmara, no conjunto das competências citadas.

Aliás, o dever de cooperação a que “todas as entidades públicas e privadas estão sujeitas...”, para com os eleitos locais, no exercício das suas funções, a que se refere o nº 6, do artigo 2º, da Lei nº 29/87, de 30/06, vincula directamente a Câmara em causa, tanto mais que sendo o reclamante membro do próprio Órgão pretenderá exercer cabalmente as respectivas funções. Se assim não suceder, como poderá o vereador reclamante cumprir os deveres a que alude o artigo 4º, da Lei antes citada, nomeadamente os designados no nº 1 e nº 2 deste artigo?

Por fim, quanto ao tipo de documentação, se não fosse suficiente a condição de vereador, mas é, o reclamante ainda teria direito ao acesso, nos termos solicitados, na simples qualidade de cidadão ou munícipe.

É que todo o pedido se refere a documentos de natureza administrativa, compreendendo-se no disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93 de 26 de Agosto – LADA e, portanto, acessíveis a todos, nos termos do n.º 1, do artigo 7º, por qualquer uma das formas possíveis do artigo 12º, ambos da Lei antes citada.

Nestes termos, no âmbito das suas competências expressas na alínea b) do artigo 20º, da LADA e alínea a) do seu Regulamento Interno, a CADA considera que o reclamante tem direito a aceder a todo o acervo de documentos de natureza administrativa nas condições do pedido formulado, em conformidade com o

disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 4º e nº 1 do artigo 7º. da LADA e, bem assim, atempadamente, a toda a documentação que deva ser objecto de discussão e decisão em cada uma das reuniões ordinárias ou extraordinárias do respectivo Órgão.

Comunique-se ao reclamante e à entidade reclamada os termos do parecer aprovado.

Lisboa, 16 de Junho de 1999.

Francisco de Brito (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)